



CHAMADA PÚBLICA FSA/BRDE – PRODUÇÃO CINEMA: DESEMPENHO COMERCIAL DE PRODUTORAS 2024

Seleção de produtoras brasileiras independentes, com base no desempenho comercial anterior, para escrituração de valores do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA) e posterior investimento em projetos de produção de obras cinematográficas de longa-metragem brasileiras independentes.

O FUNDO SETORIAL DO AUDIOVISUAL (FSA) torna público que receberá inscrições para processo de seleção de produtoras brasileiras independentes, com base em desempenho comercial anterior, para destinação de recursos à produção de obras cinematográficas de longa-metragem brasileiras independentes, exclusivamente na forma de investimento, em conformidade com os termos e condições do presente edital, com as seguintes características:

1. DESCRIÇÃO GERAL

1.1. OBJETO

Seleção de Produtoras Brasileiras Independentes, que atuarão como Beneficiárias Indiretas, sendo selecionadas com base em seu desempenho comercial anterior no mercado de Salas de Exibição. Os Beneficiários Indiretos destinarão recursos para investimento em projetos de produção obras cinematográficas de longa-metragem brasileiras independentes, dos tipos ficção, animação e documentário, produzidas pelos Beneficiários Diretos, Produtoras Brasileiras Independentes.

1.2. OBJETIVO

Investir na produção de obras audiovisuais brasileiras, contribuindo para a ampliação da participação das obras brasileiras no mercado de salas de exibição, ampliação do número de bilhetes vendidos anualmente e fortalecimento das empresas brasileiras do setor audiovisual.

1.3. RECURSOS FINANCEIROS

- 1.3.1. Serão disponibilizados recursos financeiros no valor total de **R\$ 120.000.000,00** (cento e vinte milhões de reais).
- 1.3.2. Os recursos serão aplicados na forma de investimentos retornáveis, com participação do FSA nos resultados da exploração comercial do projeto.
- 1.3.3. Os recursos serão aplicados conforme montante e critérios estabelecidos na 65ª Reunião do CGFSA, realizada em 18 de outubro de 2023.
- 1.3.4. O Comitê Gestor do Fundo Setorial do Audiovisual – CGFSA, será a instância competente para decidir acerca de eventual suplementação dos recursos, ouvida a Agência Nacional do Cinema (ANCINE), na qualidade de Secretaria Executiva do FSA.



- 1.3.5. Caso os recursos disponibilizados para esta Chamada Pública sejam superiores aos valores demandados e definidos para investimento, o CGFSA poderá reduzir a disponibilidade financeira e remanejar o saldo para outras ações do FSA.

1.4. INFORMAÇÕES GERAIS

- 1.4.1. O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), na condição de agente financeiro do FSA, credenciado pelo CGFSA, é o responsável pela publicação deste Edital e demais atribuições nele expressas como de sua competência, cabendo à ANCINE, na condição de Secretaria Executiva do FSA, a condução do processo seletivo e decisões decorrentes.
- 1.4.2. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília – DF.
- 1.4.3. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se o dia de início e inclui-se o do vencimento, considerando os dias consecutivos, exceto quando houver disposição em contrário, prorrogando-se para o próximo dia útil os prazos vencidos em final de semana ou feriado.
- 1.4.4. O Edital e seus anexos podem ser obtidos pela internet, no endereço eletrônico do BRDE, em <https://www.brde.com.br/fsa>.
- 1.4.5. O Sistema ANCINE Digital (SAD) é o sistema a ser, obrigatoriamente, utilizado para inscrição e interposição de recursos. O acesso ao sistema de inscrição está disponível no endereço eletrônico da ANCINE na internet ou diretamente no endereço <https://sad.ancine.gov.br/controleacesso/menuSistema/menuSistema.seam>. O manual de inscrição com instruções para acesso está disponível no endereço eletrônico do BRDE, em <https://www.brde.com.br/fsa>.
- 1.4.6. Apenas a geração do número de protocolo pelo sistema, após a finalização das etapas de inscrição e de recurso, assegura que a operação foi concluída com sucesso.
- 1.4.7. Dúvidas referentes a esta Chamada Pública poderão ser enviadas até **72** (setenta e duas) horas antes do fim do prazo de encerramento das inscrições e de interposição de recursos, por qualquer interessado, para os seguintes endereços de correio eletrônico:
- desempenho.comercial@ancine.gov.br: para questões de suporte técnico ao sistema de inscrição eletrônica, para dúvidas sobre o processo seletivo ou sobre a gestão dos valores escriturados e destinação deles aos projetos indicados pelos Beneficiários Indiretos;
 - contratos.sfo@ancine.gov.br: para dúvidas sobre a contratação dos projetos apresentados pelos Beneficiários Diretos na ANCINE;
 - contratacao.fsa@brde.com.br: para dúvidas sobre a contratação no BRDE dos projetos apresentados pelos Beneficiários Diretos.



- 1.4.8. Dúvidas referentes às etapas posteriores à contratação do projeto apresentado pelo Beneficiário Direto - Acompanhamento do Projeto e Prestação de Contas - poderão ser enviadas, por qualquer interessado, para os seguintes endereços de correio eletrônico:
- acompanhamento.sfo@ancine.gov.br: para dúvidas sobre o acompanhamento do projeto na ANCINE;
 - acompanhamento.fsa@brde.com.br: para dúvidas relativas a contrato de investimento e acompanhamento do projeto no BRDE;
 - prestacao.contas@ancine.gov.br: para dúvidas relativas à prestação de contas na ANCINE;
 - desembolso.fsa@brde.com.br: para dúvidas relativas ao desembolso dos recursos.
- 1.4.9. Em caso de dificuldade no carregamento de arquivos no Sistema ANCINE Digital (SAD), o suporte técnico poderá ser solicitado exclusivamente pelo e-mail desempenho.comercial@ancine.gov.br. A ANCINE não garante a solução de eventuais dificuldades individuais ocorridas em menos de **24** (vinte e quatro) horas antes do fim dos prazos de encerramento das inscrições e de interposição de recursos. A não-concretização de inscrição ou interposição de recurso por problemas técnicos não implicará direito da proponente à prorrogação do prazo.
- 1.4.10. Todas as decisões relativas aos procedimentos desta Chamada Pública serão publicadas no endereço eletrônico do BRDE na internet: <http://www.brde.com.br/fsa>.

1.5. DEFINIÇÕES

- 1.5.1. Ressalvadas as definições constantes neste Edital e nas minutas contratuais anexas, os termos utilizados obedecem às definições da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, da Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011 e das Instruções Normativas emitidas pela ANCINE.

1.6. FUNDAMENTO LEGAL

- 1.6.1. A aplicação dos recursos do FSA e este processo de seleção são regidos pelas disposições da Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006 e do Decreto Nº 6.299, de 12 de dezembro de 2007.



2. PARTICIPAÇÃO

2.1. BENEFICIÁRIOS INDIRETOS

2.1.1. Somente poderão participar agentes com registro regular e classificados como produtoras brasileiras independentes na ANCINE, nos termos da Instrução Normativa nº 91, pertencentes ou não a grupos econômicos, no âmbito da comunicação audiovisual de acesso condicionado previsto na Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, constando em seu registro na ANCINE pelo menos um dos seguintes códigos na Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), como atividade principal ou secundária:

- a) 59.11-1/01 – estúdios cinematográficos;
- b) 59.11-1/02 – produção de filmes para publicidade;
- c) 59.11-1/99 – atividades de produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas anteriormente.

2.1.2. Considera-se Grupo Econômico a associação de empresas unidas por relações societárias de controle ou coligação, nos termos do art. 243 da Lei nº 6.404/1976, ou ligadas por sócio comum com posição preponderante nas deliberações sociais de ambas as empresas, ou, ainda, vinculadas por relações contratuais que impliquem acordo de estratégia comercial com finalidade e prazos indeterminados.

2.1.3. O pertencimento ou não a um grupo econômico, bem como a qualificação e regularidade das participantes serão analisadas, no momento da inscrição, com base nos dados do Sistema de Registro de Agentes Econômicos da ANCINE, cuja atualização das informações é responsabilidade dos agentes.

3. REGRAS DE PONTUAÇÃO DAS OBRAS

3.1. OBRAS DE REFERÊNCIA PARA PONTUAÇÃO

3.1.1. São obras de referência para pontuação nesta Chamada as obras audiovisuais com todas as seguintes características:

- a) Classificada como brasileira independente apta a constituir espaço qualificado, conforme Instrução Normativa ANCINE nº 104;
- b) Dispor de Certificado de Produto Brasileiro – CPB, com emissão nos anos de **2016 a 2022**, inclusive;
- c) Dispor de Certificado de Registro de Título - CRT emitido para o segmento de salas de exibição entre **2018 e 2022**, inclusive.



- 3.1.2. Para o cálculo da pontuação do Beneficiário Indireto somente será considerada a Receita Bruta de Bilheteria auferida pela exploração comercial das obras de referência no mercado de Salas de Exibição, no território brasileiro, nos anos de **2018 a 2022**, inclusive, de acordo com os valores constantes no Sistema de Acompanhamento de Distribuição em Salas (SADIS) no dia útil anterior à data de publicação da presente Chamada Pública.
- 3.1.3. O SADIS, meio eletrônico de recepção das informações de envio obrigatório acerca da comercialização de obras audiovisuais em salas de exibição, é regulamentado pela Instrução Normativa ANCINE nº 156. O envio de informações, de forma fidedigna e tempestiva, ao SADIS é uma obrigação regulatória prevista no art. 18 da Medida Provisória 2.228-1/01.
- 3.1.4. Eventuais correções a serem realizadas no registro de obras devem ser solicitadas à Superintendência de Registro da ANCINE e deferidas dentro do prazo de inscrição previsto no item 4.2.1 do Edital, observando os prazos estabelecidos nas Instruções Normativas ANCINE nº 104 e 105.

3.2. ATRIBUIÇÃO DE PONTUAÇÃO

- 3.2.1. Para cada obra de referência será atribuída pontuação a apenas um Beneficiário Indireto.
- 3.2.2. Será inicialmente atribuída pontuação à produtora requerente do CPB da obra de referência, observado o item 3.1 do Edital.
- 3.2.3. Havendo mais de um produtor com participação patrimonial sobre a obra, a atribuição da pontuação a produtor que não seja o requerente do registro do CPB dependerá de acordo escrito e expreso entre as partes, que deverá ser apresentado à ANCINE, através de recurso, nos termos do item 5.2.4 do Edital.

3.3. AFERIÇÃO DE PONTUAÇÃO

- 3.3.1. Os requisitos, a base e a metodologia de cálculo da pontuação a ser atribuída a cada Beneficiário Indireto estão disponíveis no **ANEXO II** desta Chamada Pública.
- 3.3.2. O valor monetário atribuível aos pontos será definido de acordo com o valor disponível na Chamada, de forma a distribuir todo o montante financeiro disponibilizado.
- 3.3.3. O valor a ser escriturado para cada Beneficiário Indireto estará sujeito ao limite de **15%** do montante financeiro disponibilizado nesta Chamada Pública.



4. INSCRIÇÃO

4.1. INSCRIÇÃO ELETRÔNICA

- 4.1.1. O agente interessado deverá preencher e finalizar a inscrição eletrônica através do Sistema ANCINE Digital (SAD), no endereço eletrônico <https://sad.ancine.gov.br/controleacesso/menuSistema/menuSistema.seam>.
- 4.1.2. Eventuais correções a serem realizadas no **registro do agente** devem ser solicitadas à Superintendência de Registro da ANCINE (registro.empresa@ancine.gov.br) e deferidas durante o período de inscrição, observando os prazos estabelecidos na Instrução Normativa ANCINE nº 91.
- 4.1.3. Finalizado o procedimento de inscrição através do SAD, será atribuído número de protocolo, sendo esse o comprovante da finalização da inscrição com sucesso.

4.2. PRAZOS DE INSCRIÇÃO E RECURSO

- 4.2.1. O período de inscrição nesta Chamada Pública inicia-se em 05 de março de 2024 (terça-feira) e encerra-se em 03 de abril de 2024 (quarta-feira).
- 4.2.2. Durante este mesmo período, ao finalizar sua inscrição no SAD, o agente poderá realizar a interposição de recursos, nos termos do item 5.2 do Edital.
- 4.2.3. O formulário eletrônico deverá ter seu preenchimento finalizado e carregado no SAD até as **18h** (dezoito horas) da data de encerramento das inscrições de projetos, conforme indicado no item 4.2.1.

5. INFORMAÇÕES PRELIMINARES E RECURSO

5.1. INFORMAÇÕES PRELIMINARES

- 5.1.1. Ao finalizar a inscrição, o agente terá acesso à listagem das obras de referência e suas respectivas receitas brutas de bilheteria, por meio do SAD, no sistema desta Chamada Pública.

5.2. RECURSO

- 5.2.1. Caso haja inconformidades entre as informações preliminares constantes no sistema desta Chamada e os dados registrados no SADIS, ou interesse na alteração do Beneficiário Indireto da pontuação decorrente da obra, o agente poderá interpor recurso.
- 5.2.2. O recurso deverá ser interposto exclusivamente através do sistema desta Chamada, no SAD, **dentro do período de inscrição informado no item 4.2.1**, sendo-lhe atribuído um número de protocolo ao ser finalizado.



- 5.2.3. Serão desconsiderados documentos apresentados por quaisquer outros meios.
- 5.2.4. Em caso de coprodução, é possível solicitar a atribuição da pontuação decorrente da obra a outro coprodutor, diferente do inicialmente atribuído, através de recurso, apresentado o contrato de coprodução e termo de anuência expresso e por escrito entre as partes atribuindo os pontos para um dos coprodutores.
- 5.2.5. Os termos de anuência apresentados deverão ser assinados pelos representantes legais das empresas registrados na ANCINE.
- 5.2.6. A ANCINE poderá, a qualquer tempo, requerer o envio dos documentos originais ou cópias físicas autenticadas da documentação enviada eletronicamente, inclusive comprovantes de transferência bancária ou quaisquer outras documentações adicionais.

5.3. RESULTADO FINAL

- 5.3.1. O resultado final será publicado no sítio da ANCINE (www.ancine.gov.br) e do BRDE (<https://www.brde.com.br/fsa/>) na internet e no Diário Oficial da União (DOU), indicando o valor a ser escriturado nas Contas Automáticas e o nome dos respectivos Beneficiários Indiretos.
- 5.3.2. Entende-se por conta automática a escrituração contábil dos valores monetários (em Reais) correspondentes à pontuação dos Beneficiários Indiretos.
- 5.3.3. Não serão escriturados nas Contas Automáticas valores inferiores a **R\$ 250.000,00** (duzentos e cinquenta mil reais).
- 5.3.4. A soma dos valores não escriturados em decorrência da regra disposta no item 5.3.3 será redistribuída proporcionalmente entre os Beneficiários Indiretos que receberam valores iguais ou maiores que **R\$ 250.000,00** (duzentos e cinquenta mil reais), respeitado o limite máximo de que trata o item 3.3.3 do Edital.

5.4. VALORES ESCRITURADOS

- 5.4.1. Os valores escriturados ficarão disponíveis para investimento em sistema de gestão das Contas Automáticas dos Beneficiários Indiretos, no SAD, respeitando-se as regras de destinação previstas neste Edital.
- 5.4.2. Para todos os fins, a data de escrituração contábil na Conta Automática será considerada a data de publicação do resultado final desta Chamada Pública.
- 5.4.3. Não haverá fator de atualização dos valores monetários escriturados.
- 5.4.4. O Beneficiário Indireto deverá acompanhar a movimentação de sua Conta Automática no Sistema ANCINE Digital (SAD), disponível no endereço eletrônico <https://sad.ancine.gov.br/controleacesso/menuSistema/menuSistema.seam>.



- 5.4.5. Sendo constatada pelo titular da Conta Automática diferença entre o valor escriturado e o resultado desta Chamada Pública, ou qualquer divergência entre os valores autorizados para destinação e os bloqueados ou debitados na conta, esta informação deverá ser enviada à ANCINE, por meio do correio eletrônico desempenho.comercial@ancine.gov.br para correção ou esclarecimento.

6. DESTINAÇÃO DO INVESTIMENTO

6.1. REQUERIMENTO DE DESTINAÇÃO

- 6.1.1. A destinação dos recursos acontece por meio de apresentação de proposta de investimento pelo Beneficiário Direto, titular do projeto a ser beneficiado com o investimento destinado pelo Beneficiário Indireto (titular da conta automática).
- 6.1.2. O Beneficiário Direto deverá preencher e finalizar a inscrição eletrônica específica desta Chamada no Sistema FSA/BRDE, no endereço eletrônico do BRDE <https://www.brde.com.br/fsa/>, apresentando os documentos previstos no ANEXO I – DOCUMENTOS PARA PROPOSIÇÃO DE INVESTIMENTO.
- 6.1.3. Os valores de conta automática que forem disponibilizados pelo Beneficiário Indireto ficarão bloqueados para uso a partir da conclusão da inscrição do projeto de investimento até que sejam observadas as condições gerais para contratação de investimento, dispostas no item 7.2 do Edital.
- 6.1.4. Caso a proposta de investimento não atenda às condições estabelecidas no item 7, os recursos bloqueados na Conta Automática do Beneficiário Indireto serão desbloqueados e poderão ser atribuídos a um novo projeto de investimento, respeitado o prazo máximo para destinação de recursos conforme item 6.2.

6.2. PRAZO PARA DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

- 6.2.1. O prazo para apresentação das propostas de destinação dos recursos é de **12** (doze) meses, contados da data de publicação do resultado final da Chamada Pública.
- 6.2.2. Esgotado o prazo, os valores escriturados e ainda não bloqueados nas Contas Automáticas dos Beneficiários Indiretos serão cancelados.
- 6.2.3. Eventuais desbloqueios de valores ocorridos após o encerramento do prazo de destinação serão cancelados das contas automáticas dos Beneficiários Indiretos.

6.3. LIMITE DE INVESTIMENTO POR PROJETO

- 6.3.1. Poderá ser destinado em cada projeto, no mínimo **R\$ 250.000,00** (duzentos e cinquenta mil reais) e, no máximo, **R\$ 10.000.000,00** (dez milhões de reais).



6.3.2. Os recursos investidos em razão desta Chamada poderão ser conjugados com outras ações de financiamento do FSA e fomento indireto, salvo disposição em contrário nas regras de fomento indireto ou de outras Chamadas Públicas do FSA.

6.4. ITENS FINANCIÁVEIS

6.4.1. São considerados Itens Financiáveis o conjunto das despesas relativas à produção da OBRA previstas nas Instruções Normativas ANCINE nº 116, 158 e 159, excluídas as despesas de agenciamento, e os custos referentes à intermediação da distribuição pública de Certificados de Investimento Audiovisual, tais como taxa de colocação, taxa de liderança, custos de elaboração de prospecto, despesas de publicidade, agente divulgador e despesas de transporte de intermediários.

6.5. PROPONENTE - BENEFICIÁRIO DIRETO

6.5.1. As propostas de destinação deverão ser apresentadas por proponente com registro regular e classificadas como produtoras brasileiras independentes na ANCINE, nos termos da Instrução Normativa ANCINE nº 91, pertencentes ou não a grupos econômicos, no âmbito da comunicação audiovisual de acesso condicionado previsto na Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, constando em seu registro na ANCINE pelo menos um dos seguintes códigos no CNAE (Cadastro Nacional de Atividades Econômicas), como atividade principal ou secundária:

a) 59.11-1/01 – estúdios cinematográficos;

b) 59.11-1/02 – produção de filmes para publicidade;

c) 59.11-1/99 – atividades de produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas anteriormente.

6.5.2. Considera-se Grupo Econômico a associação de empresas unidas por relações societárias de controle ou coligação, nos termos do Art. 243 da Lei nº 6.404/1976, ou ligadas por sócio comum com posição preponderante nas deliberações sociais de ambas as empresas, ou, ainda, vinculadas por relações contratuais que impliquem acordo de estratégia comercial com finalidade e prazos indeterminados.

6.5.3. O pertencimento ou não a um grupo econômico, bem como a qualificação, regularidade e classificação de nível das proponentes serão analisados por meio do Sistema de Registro de Agentes Econômicos da ANCINE, cuja atualização das informações é responsabilidade dos agentes.

6.5.4. Caso o projeto esteja contratado em outra linha de ação no âmbito do FSA ou aprovado para captação de recursos na ANCINE, a proponente - Beneficiária Direta - deve ser a mesma produtora constante do contrato com o agente financeiro ou no projeto aprovado.

6.5.5. O Beneficiário Direto poderá ser a mesma produtora Beneficiária Indireta dos recursos.



6.6. DISTRIBUIDORA

- 6.6.1. A distribuidora do projeto deverá apresentar registro regular na ANCINE, nos termos da Instrução Normativa ANCINE nº 91, e como atividade principal ou secundária a subclasse CNAE (Cadastro Nacional de Atividades Econômicas) 5913-8/00 - distribuição cinematográfica, de vídeo e de programas de televisão.
- 6.6.2. Em caso de distribuição pela própria produtora, esta deve apresentar como atividade principal ou secundária a subclasse CNAE (Cadastro Nacional de Atividades Econômicas) 5913-8/00 - distribuição cinematográfica, de vídeo e de programas de televisão.
- 6.6.3. Para fins deste Edital, considera-se distribuição própria a exploração econômica da obra pelos cotitulares independentes de direitos, sem licenciar este direito a terceiros.

6.7. PROPOSTA

- 6.7.1. São elegíveis propostas que possuam todas as seguintes características:
 - a) Projeto de produção de obra cinematográfica brasileira de longa-metragem de ficção, documentário ou animação com destinação inicial ao mercado de salas de exibição;
 - b) Projeto aprovado para captação de recursos federais até a data de conclusão da inscrição no Sistema FSA/BRDE;
 - c) Projeto em qualquer etapa de produção, desde que a obra audiovisual não tenha Certificado de Produto Brasileiro (CPB) emitido pela ANCINE até a data de conclusão da inscrição no Sistema FSA/BRDE.
- 6.7.2. Não são elegíveis projetos que já tenham sido selecionados ou contratados em Chamadas Públicas do FSA que vedem aportes adicionais ao projeto.

6.8. VEDAÇÕES

- 6.8.1. É vedada a inscrição de projetos nos quais a produtora responsável pela realização da obra inclua entre os seus sócios, gerentes e administradores servidores ou ocupantes de cargo em comissão da ANCINE e funcionários do BRDE, ou respectivo cônjuge ou companheiro ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade até o 3º (terceiro) grau.
- 6.8.2. É vedada a alteração da produtora proponente, salvo nos casos de cisão, fusão ou incorporação, quando poderá ser admitida a troca desta pela nova empresa resultante de um desses processos de reorganização empresarial, desde que haja anuência do BRDE à alteração subjetiva, sejam mantidas as características da proposta e respeitadas as condições de elegibilidade e contratação.

6.9. ANÁLISE DE DESTINAÇÃO

- 6.9.1. A análise da destinação do investimento terá por finalidade verificar a compatibilidade e a adequação formal da proposta apresentada pelo Beneficiário Direto.



- 6.9.2. São condições para aprovação da destinação do investimento nesta Chamada Pública:
- Apresentar a documentação nas condições previstas no ANEXO I – DOCUMENTOS PARA PROPOSIÇÃO DE INVESTIMENTO deste Edital;
 - Apresentar as características exigidas das proponentes no item 6.5 deste Edital;
 - Apresentar as características exigidas das distribuidoras no item 6.6 deste Edital;
 - Apresentar as características exigidas das propostas no item 6.7 deste Edital;
 - Atender aos limites de prazo e aporte definidos nos itens 6.2 e 6.3 deste Edital.
- 6.9.3. É responsabilidade da proponente garantir a integridade dos documentos carregados no Sistema FSA/BRDE no momento da destinação, verificando previamente a acessibilidade total ao conteúdo dos arquivos digitais.

6.10. ALTERAÇÕES NO PROJETO

- 6.10.1. A aprovação de alterações no projeto estará condicionada à análise técnica da alteração, que avaliará a manutenção da elegibilidade do projeto no âmbito desta Chamada, a aderência normativa dos contratos adicionais porventura envolvidos, bem como a adequação da alteração ao orçamento aprovado. Alterações não aprovadas incorrerão no arquivamento da proposta.

6.11. RESPONSABILIDADE PELAS INFORMAÇÕES DO PROJETO

- 6.11.1. É responsabilidade dos proponentes assegurar que todos os arquivos possam ser abertos em computadores PC e notebooks compatíveis com o sistema operacional Windows XP ou superior, bem como computadores e notebooks compatíveis com o sistema operacional OS X.
- 6.11.2. A impossibilidade de abertura de arquivos anexados ao sistema BRDE/FSA, ou de abertura de endereço eletrônico (link) porventura informado para acesso a informações complementares, poderá causar o arquivamento do projeto.

6.12. ACESSO A INFORMAÇÕES

- 6.12.1. O BRDE e a ANCINE poderão solicitar a qualquer tempo documentos e informações considerados necessários para a avaliação dos projetos.

6.13. DILIGÊNCIAS E ARQUIVAMENTO DAS PROPOSTAS

- 6.13.1. Caso seja verificada a ausência, insuficiência ou inadequação de documentos exigidos e/ou informações solicitadas, a ANCINE enviará, por meio eletrônico, diligência à proponente, a qual terá um prazo de até 30 (trinta) dias corridos para anexar a resposta e os documentos corrigidos na página do projeto no Sistema FSA/BRDE.
- 6.13.2. O prazo de análise pela ANCINE será suspenso na data de inclusão da diligência na página do projeto, no Sistema FSA/BRDE.



- 6.13.3. Caso a diligência não seja atendida no prazo solicitado ou não sejam sanadas a insuficiência de documentos e/ou inadequação das informações, o processo será arquivado e os recursos serão desbloqueados.
- 6.13.4. O Beneficiário Direto terá prazo de 30 (trinta) dias para interpor recurso da decisão de arquivamento, podendo juntar documentos que considerar necessários e devendo especificar objetivamente, nas razões de recurso, quais itens deste Edital fundamentam o pleito de desarquivamento.

7. CONTRATAÇÃO DO INVESTIMENTO

7.1. CONTRATO DE INVESTIMENTO

- 7.1.1. Para cada destinação de recursos aprovada, será assinado contrato de investimento entre a empresa produtora e o BRDE, conforme minutas dispostas nos ANEXOS III e IV desta Chamada Pública, tendo como interveniente a empresa distribuidora e como objeto o investimento na produção da obra cinematográfica de longa-metragem, com participação do FSA nas receitas decorrentes da exploração comercial da obra.

7.2. CONDIÇÕES GERAIS PARA CONTRATAÇÃO

- 7.2.1. A proponente deverá realizar os procedimentos previstos no **REGULAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE PROJETOS** (disponível no endereço eletrônico (<https://www.gov.br/ancine/pt-br/fsa/normas/regulamentos>), que é parte integrante desta Chamada Pública, sob pena de cancelamento da contratação.
- 7.2.2. Serão condições para contratação, além daquelas determinadas no Regulamento para Contratação:



- 7.2.2.1. Requisitos pertinentes ao contrato de distribuição, nos termos do ANEXO I;
 - 7.2.2.2. Em caso de coprodução nacional, titularidade, pela produtora proponente, da maior parcela de direitos patrimoniais em relação aos demais coprodutores brasileiros independentes.
 - 7.2.2.3. Aprovação da troca de distribuidora no(s) contrato(s) anterior(es), caso o projeto já tenha sido contratado anteriormente no âmbito do FSA e a distribuidora apresentada na destinação seja diferente daquela constante no(s) contrato(s) anterior(es).
 - 7.2.2.4. Aprovação das alterações de projeto porventura solicitadas. Caso o projeto já tenha sido contratado anteriormente no âmbito do FSA, a aprovação deverá abranger o(s) contrato(s) anterior(es).
 - 7.2.2.5. Captação mínima de 80% do valor do orçamento total do projeto, nos termos da Instrução Normativa ANCINE nº 158, considerando o valor a ser aportado nesta Chamada Pública.
 - 7.2.2.6. Não ter licenciado gratuitamente qualquer direito patrimonial sobre a obra;
- 7.2.3. O Beneficiário Indireto, ainda que não atue como produtor da obra, deverá atender às condições de regularidade e adimplência previstas para produtoras proponentes no Regulamento para Contratação.

8. EXECUÇÃO DO PROJETO

8.1. RETORNO DO INVESTIMENTO

- 8.1.1. O Retorno do Investimento ao FSA dar-se-á na forma de participação sobre a Receita Líquida do Produtor (RLP) e Outras Receitas de Licenciamento, obtidas pela PRODUTORA e/ou pela DISTRIBUIDORA e/ou por outras pessoas naturais ou jurídicas com as quais tenham celebrado contratos para exploração comercial da OBRA, suas marcas, imagens, elementos e obras derivadas, em todos e quaisquer territórios, segmentos de mercado existentes e que venham a ser criados, pelo Prazo de Retorno Financeiro.
- 8.1.2. A participação do FSA sobre a Receita Líquida do Produtor (RLP) nos projetos de produção audiovisual será equivalente a 50% (cinquenta por cento) da participação do investimento do FSA nos itens financiáveis do projeto, durante todo o prazo de retorno financeiro.
- 8.1.3. A participação do FSA sobre as receitas decorrentes do licenciamento e da cessão de direitos de marcas, imagens, elementos e de adaptação da obra audiovisual será equivalente a 50% (cinquenta por cento) da participação do investimento do FSA nos itens financiáveis do projeto, durante todo o prazo de retorno financeiro.



- 8.1.4. A participação do FSA sobre a Receita Líquida do Produtor (RLP) obtida por obras derivadas da OBRA original será de 2% (dois por cento), durante todo o prazo de retorno financeiro da OBRA original.
- 8.1.5. Não se aplica a participação de 2% (dois por cento) sobre obra derivada se o FSA investir nela.
- 8.1.6. O cálculo das alíquotas de retorno financeiro será efetuado com base no total de itens financiáveis previsto no último orçamento aprovado pela ANCINE, no momento da contratação do investimento.
- 8.1.7. No caso de Coprodução Internacional, o cálculo da participação do FSA sobre as receitas da obra terá como base o total de Itens Financiáveis da parte brasileira.
- 8.1.8. No caso de Coprodução Internacional, na divisão das receitas por territórios estabelecida no contrato de coprodução, o FSA terá participação sobre as receitas proporcionais à parte brasileira em todos e quaisquer territórios de exploração e segmentos de mercado, existentes ou que venham a ser criados.

8.2. PRESTAÇÃO DE CONTAS

- 8.2.1. A prestação de contas do projeto será analisada pela ANCINE de acordo com as regras previstas nas Instruções Normativas ANCINE nº 158 e nº 159 ou norma que venha a substituí-las e no Manual de Prestação de Contas da ANCINE.
- 8.2.2. Apenas serão admitidos documentos fiscais que comprovem despesas com recursos do FSA realizadas no seguinte período:
 - a) Data inicial: data da publicação da aprovação do projeto para captação no Diário Oficial da União (DOU) e;
 - b) Data final: até 180 dias após a data de conclusão da obra ou após o desembolso do investimento do FSA, o que ocorrer por último.

9. DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1. SANÇÕES

- 9.1.1. A omissão ou fornecimento de informações falsas nas declarações apresentadas nas etapas desta Chamada Pública anteriores à celebração do contrato, quando comprovado o dolo ou quando constatado que a integralidade das informações verdadeiras configura situação impeditiva à elegibilidade do projeto ou à celebração do contrato, implicará arquivamento da proposta ou, no caso de proposta contratada, implicará em vencimento antecipado do contrato de investimento, além da suspensão da empresa responsável, em ambos os casos, sendo cabível também a inabilitação da empresa proponente pelo prazo de 2 (dois) anos, bem como de todas as empresas com sócios em comum ou pertencentes ao mesmo grupo econômico.



9.1.2. As sanções e penalidades decorrentes da incorreta execução física e/ou financeira do projeto estão dispostas nas minutas de contratos anexas a este Edital.

9.2. DECISÕES FINAIS

9.2.1. As decisões finais proferidas pela ANCINE são terminativas.

9.2.2. As alterações, retificações e atualizações do presente edital serão publicadas no endereço eletrônico do BRDE, www.brde.com.br/fsa.

9.3. REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO DA CHAMADA PÚBLICA

9.3.1. A eventual revogação desta Chamada Pública, por motivo de interesse público, ou sua anulação, no todo ou em parte, não implica direito à indenização ou reclamação de qualquer natureza.

9.4. CASOS OMISSOS

9.4.1. Os casos omissos e as excepcionalidades relativos a este Edital serão analisados pela ANCINE, na qualidade de Secretaria Executiva do FSA, e encaminhados ao BRDE para ratificação.

ANEXOS

Fazem parte deste Edital os seguintes Anexos:

ANEXO I – DOCUMENTOS PARA PROPOSIÇÃO DE INVESTIMENTO

ANEXO II - PROCEDIMENTO DE CÁLCULO DA PONTUAÇÃO

ANEXO III - MINUTA DE CONTRATO DE INVESTIMENTO EM PRODUÇÃO COM INTERVENIENTE

ANEXO IV - MINUTA DE CONTRATO DE INVESTIMENTO EM PRODUÇÃO - DISTRIBUIÇÃO PRÓPRIA

ANEXO V - REQUERIMENTO DE INDICAÇÃO DE INVESTIMENTO PELO BENEFICIÁRIO INDIRETO



CHAMADA PÚBLICA FSA/BRDE - CINEMA: DESEMPENHO COMERCIAL DE PRODUTORAS 2024

ANEXO I – DOCUMENTOS PARA PROPOSIÇÃO DE INVESTIMENTO

1 - Para proposição do investimento nesta Chamada Pública, o Beneficiário Direto proponente deverá inscrever o projeto na Chamada específica e inserir no Sistema FSA/BRDE os seguintes documentos:

- a) Requerimento do Beneficiário Indireto, preenchido conforme ANEXO V – REQUERIMENTO DE INDICAÇÃO DE INVESTIMENTO DO BENEFICIÁRIO INDIRETO deste Edital;
- b) Contrato de distribuição da obra cinematográfica ou Declaração de Distribuição Própria.

2 - O contrato de distribuição deverá conter:

- a) A discriminação expressa dos segmentos de mercado e dos territórios licenciados à distribuidora; e
- b) Os prazos de licenciamento, bem como a sua remuneração e a de eventuais associados.

3 – Os contratos e outros documentos deverão conter a assinatura dos responsáveis legais das empresas.

4 – No caso de contratos originalmente redigidos em língua estrangeira, deverá ser apresentada tradução juramentada para o português, admitido contrato bilíngue em duas colunas. No caso de outros documentos originalmente redigidos em língua estrangeira, deverá ser apresentada cópia simples em português.



CHAMADA PÚBLICA FSA/BRDE - CINEMA: DESEMPENHO COMERCIAL DE PRODUTORAS 2024

ANEXO II – PROCEDIMENTO DE CÁLCULO DA PONTUAÇÃO

PASSO UM:

Apuração da receita bruta de bilheteria de cada obra de referência produzida pela Beneficiária Indireta e explorada comercialmente no segmento de salas de exibição no território nacional e convertida em pontos.

Fórmula de cálculo:

$$RBB_{CINEMA} = (RBB_A \times 1,6) + (RBB_B \times 1,4) + (RBB_C \times 1,2) + (RBB_D \times 1,0) + (RBB_E \times 0,8) + (RBB_F \times 0,6)$$

onde:

RBB_{CINEMA} :	receita bruta auferida no segmento de salas de exibição;
RBB_A :	parte da receita bruta de bilheteria do filme até R\$500.000,00;
RBB_B :	parte da receita bruta de bilheteria do filme entre R\$500.000,00 e R\$1.600.000,00;
RBB_C :	parte da receita bruta de bilheteria do filme entre R\$1.600.000,00 e R\$7.000.000,00;
RBB_D :	parte da receita bruta de bilheteria do filme entre R\$7.000.000,00 e R\$12.000.000,00;
RBB_E :	parte da receita bruta de bilheteria do filme entre R\$12.000.000,00 e R\$22.000.000,00;
RBB_F :	parte da receita bruta de bilheteria do filme superior a R\$22.000.000,00.

PASSO DOIS:

$$P_{(OBRA)} = RBB_{(CINEMA)} \times \frac{1\text{ ponto}}{R\$1,00}$$

Onde:

$P_{(OBRA)}$: pontuação total da obra



$RBB_{(CINEMA)}$: Receita Bruta auferida pela obra após os fatores de multiplicação

PASSO TRÊS:

Cálculo da pontuação final da empresa produtora Beneficiária Indireta.

Fórmula de cálculo:

$$PF_{(PRODUTOR)} = \sum_{i=1}^z PF_{(OBRA)_i}$$

Onde:

$PF_{(PRODUTOR)}$: pontuação final obtida pelo produtor;

$\sum_{i=1}^z PF_{(OBRA)_i}$: Somatório dos pontos obtidos pelas obras do produtor Beneficiário Indireto.

PASSO QUATRO:

Cálculo do valor em reais relativo aos pontos somados pelo produtor Beneficiário.

Fórmula de cálculo:

$$VCP_{(PRODUTOR)} = VL \times \left[1 - \left(1 - \frac{VP}{VL} \right)^{PF_{(PRODUTOR)}} \right]$$

Onde:

$VCP_{(PRODUTOR)}$: Valor em reais (R\$) relativo aos pontos somados, preliminar à aplicação do limite de R\$ 250.000,00;

VP : Valor monetário de cada ponto, definido de acordo com o valor total da Chamada;

VL : Valor limite de escrituração de 15% do montante da Chamada Pública.

PASSO CINCO:

Aplicação da regra do limite mínimo de escrituração de R\$ 250.000,00 por Beneficiário Indireto.

Fórmula de cálculo:



$$\left\{ \begin{array}{l} \text{se } (VCP) < R\$250.000,00 \rightarrow VCE = R\$0,00 \\ \text{se } (VCP) \geq R\$250.000,00 \rightarrow VCE = VCP + \left[\frac{VCP}{V_{(\geq 25)}} \times V_{(<250)} \right] \end{array} \right.$$

Onde:

$VCP_{(PRODUTOR)}$: valor em reais (R\$) relativo aos pontos somados, preliminar à aplicação do limite de R\$ 250.000,00;

$VCE_{(PRODUTOR)}$: Valor em reais (R\$) a ser efetivamente creditado na conta automática do produtor Beneficiário.